



Câmara Municipal de Guarapari *Estado do Espírito Santo*

I – DA JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por finalidade suprimir o inciso II dos artigos 1º e 3º do Projeto de Lei nº 221/2025, que inclui os egressos do sistema prisional como beneficiários do programa e impõe a obrigatoriedade de sua contratação por empresas prestadoras de serviços públicos ou contratadas pelo Município.

Neste sentir, cumpre ressaltar que tal medida, embora bem-intencionada e alinhada aos objetivos de inclusão social e reintegração de pessoas em situação de vulnerabilidade, revela-se, na forma como foi proposta, uma violação ao princípio constitucional da livre iniciativa, consagrado no art. 170 da Constituição Federal, que rege a ordem econômica brasileira e assegura às empresas autonomia para gerir sua força de trabalho conforme critérios próprios de conveniência e oportunidade.

Por conseguinte, a imposição legal de cotas obrigatórias para a contratação de ex-detentos por parte do setor privado, especialmente sem mecanismos prévios de acompanhamento, qualificação profissional e análise da aptidão para o exercício das funções, acaba por estabelecer uma restrição desproporcional ao exercício da atividade empresarial, podendo inclusive gerar insegurança jurídica e dificultar a celebração de contratos administrativos com o Município.

Ademais, a obrigatoriedade de contratação de egressos do sistema prisional, sem levar em consideração as particularidades de cada empresa e a natureza das atividades desenvolvidas, ignora a necessária proporcionalidade e razoabilidade das políticas públicas, princípios estes que também orientam a Administração Pública e a produção legislativa.

Ressalte-se que não há norma geral em âmbito federal que imponha tal obrigação de forma compulsória, o que torna o modelo proposto destoante do ordenamento jurídico vigente.

No mesmo plano, cumpre coadunar, ainda, que a reinserção social dos egressos do sistema prisional é, sim, um objetivo legítimo, e deve ser fomentada pelo Poder Público. Entretanto, **isso deve ocorrer por meio de iniciativas específicas de capacitação, incentivo fiscal, parcerias com o terceiro setor e programas voluntários, e não mediante a imposição coercitiva a empresas privadas**, que pode gerar efeitos adversos ao próprio propósito da norma, como o desestímulo à participação em licitações municipais.

Diante do exposto, por não concordar com os termos em que o Projeto de Lei prevê a obrigatoriedade de contratação desse público específico, e por considerar que a medida, tal como redigida, afronta princípios constitucionais e compromete a segurança jurídica, proponho a supressão dos dispositivos que tratam da inclusão obrigatória de egressos do sistema prisional nas cotas destinadas às empresas contratadas pelo Município.

